



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
Estado de São Paulo

**Ofício nº. 012/2013-GAP**

Paraguaçu Paulista-SP, 17 de janeiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor  
**Miguel Canizares Júnior**  
Presidente da Câmara Municipal  
Paraguaçu Paulista-SP

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei nº 001/2013 e solicita a realização de Sessão Extraordinária.**

Senhor Presidente:

Encaminhamos para a apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que "Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar acordo(s) com o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para parcelamento de débitos", e a sua respectiva justificativa.

Solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência para a realização de **Sessão Extraordinária** a fim de que esta propositura seja apreciada o mais tardar até as **12h00 do dia 18 de janeiro de 2013**, pois cópia da lei autorizadora precisa ser protocolada até as **15h00 do dia 18 de janeiro de 2013** na cidade de Marília, a fim de que as tratativas junto aos órgãos federais competentes sejam finalizadas e o parcelamento formalizado, evitando assim eventuais prejuízos ao Município.

Certos da atenção, registramos nossos votos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**  
Prefeito Municipal

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo      Data/Hora  
15.728      18/01/2013 08:04:04  
Responsável: *KAT*



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**JUSTIFICATIVA**

Projeto de Lei nº. 001, de 17 de janeiro de 2013.

**Senhor Presidente e Nobres Vereadores:**

O nosso Município vem há muitos anos discutindo judicialmente com o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o parcelamento de débitos antigos relativos a contribuições do PASEP e outros. Já formalizou em anos anteriores alguns parcelamentos de débitos, cujos pagamentos vem sendo realizados rigorosamente em dia.

Não obstante, os processos são complexos, tanto que o nosso Município foi inscrito pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, como não regular perante o Poder Público Federal por débitos que ainda estão em discussão. Em contato com a unidade da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em Marília esta informou que a regularidade do Município somente será atestada mediante o parcelamento dos débitos em discussão, exigindo para tanto lei autorizadora para celebração de um acordo de parcelamento dos débitos.

Como não há o levantamento completo dos débitos e nem se sabe quais os órgãos de origem, a unidade da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em Marília informou que aceitaria uma lei autorizadora genérica.

Diante disso, apresentamos a presente propositura que visa obter autorização dessa egrégia Câmara Municipal ao Poder Executivo para celebrar acordo(s) com o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para parcelamento de débitos. O parcelamento dos débitos apurados será formalizado mediante termo de acordo assinado entre o Município e o órgão credor. Os débitos serão pagos em parcelas mensais, de acordo com os respectivos programas de parcelamento de débitos instituídos, e reajustáveis pela Taxa SELIC ou outro índice de atualização oficial estabelecido pelos respectivos órgãos federais.

A presente proposta carece ser analisada e aprovada com extrema urgência, pois cópia da lei autorizadora precisa ser protocolada até as 15h00 do dia 18 de janeiro de 2013 na cidade de Marília, a fim de que as tratativas junto aos órgãos federais competentes sejam finalizadas e o parcelamento formalizado, evitando assim eventuais prejuízos ao Município.

Para tanto, solicitamos de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores a deliberação e a aprovação da presente proposta com a máxima prioridade, observando quanto à sua tramitação o disposto nos artigos 189, II; 193 e 202, do Regimento Interno dessa Câmara Municipal.

Atenciosamente,-

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

**PROJETO DE LEI Nº. 001, DE 17 DE JANEIRO DE 2013**

**“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar acordo(s) com o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para parcelamento de débitos”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA**

**APROVA:**

**Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar acordo(s) com o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal (SRF) ou da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para parcelamento de débitos.**

**§ 1º O parcelamento dos débitos apurados será formalizado mediante termo de acordo assinado entre o Município e o órgão credor.**

**§ 2º Os débitos serão pagos em parcelas mensais, de acordo com os respectivos programas de parcelamento de débitos instituídos, e reajustáveis pela Taxa SELIC ou por outro índice de atualização oficial estabelecido pelos respectivos órgãos federais.**

**Art. 2º Para atender a presente lei os órgãos municipais competentes deverão adotar as medidas contábeis e orçamentárias cabíveis, inclusive quanto à previsão nos orçamentos futuros.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Estância Turística de Paraguaçu Paulista - SP, 17 de janeiro de 2013.**

**EDINEY TAVEIRA QUEIROZ**  
**Prefeito Municipal**

CM Paraguaçu Paulista

Protocolo      Data/Hora  
15.728      18/01/2013 08:04:04  
Responsável: *IOAP*